

Capítulo II – Fundamentação Teórica

O Modelo teórico que adotamos em nosso estudo está inserido no âmbito da construção e reconfiguração de identidades em narrativas e narrativas de histórias de vida (Linde, 1993; De Fina, 2003). Ao centrarmos nossos olhares nas narrativas, faremos uma abordagem a partir de Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972), consideramos, ainda, a construção de identidade através da narrativa buscando entender a reportabilidade da narrativa, o ponto, os sistemas de coerência utilizados pelos nossos informantes e, principalmente, as avaliações emitidas (Mishler, 1999, 2001; Bruner, 1990; Linde, 1993; De Fina, 2003). Pretendemos também elencar alguns conceitos da Sociolinguística Interacional no que tange ao conceito de identidades sociais, pois o estudo da diversidade linguística e cultural, bem como os problemas de mal-entendidos ou de estereótipos e discriminação social estão nas bases da Sociolinguística Interpretativa/Interacional criada por Gumperz (1982^b:1-7), para quem identidades sociais e etnicidade são em grande parte estabelecidas e mantidas através da linguagem (*apud* Pereira, 2002:9-10).

2.1- As questões identitárias

Segundo Ruano-Borbalan (1998), a identidade pessoal faz parte de um processo que não é imutável. Ao contrário, são as mudanças de idade, os acontecimentos naturais da vida, o conhecimento de novas pessoas e afiliação em diferentes grupos entre outros fatores, que vão provar que as configurações e reconfigurações de identidades na vida de um indivíduo são constantes.

Essas identidades, porém, vão sendo definidas de acordo com o papel que o indivíduo intenciona desempenhar em cada interação.

Segundo Castells (2000) são os valores simbólicos de cada sociedade que vão nortear as escolhas que fazemos ao longo de nossas vidas e que vão nos definir em grupo ou como indivíduos. Castells assim define identidade:

No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. (Castells, 2000:22)

Interessante notar que Castells não fala sobre indivíduos, mas sobre atores sociais, o que nos remete novamente a Goffman e à metáfora do teatro. Para cada interação (ou cenário) nos construímos de formas distintas visando a atender à demanda de expectativas sócio-culturais que cada situação requer. É a partir do significado que esses valores têm para o indivíduo que ele vai, através de um processo de individuação, se definir. É aí que a identidade se difere dos papéis sociais. O papel de estudante, de professor e outros não são definidos pelo próprio indivíduo, mas por normas estruturadas pelos aparelhos institucionais que compõem a “ordem” nas sociedades.

A importância de cada um desses papéis vai influenciar suas tomadas de decisão, mas não são as identidades construídas. Ainda para Castells,

identidades [...] constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação... Em termos mais genéricos, pode-se dizer que identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções (Castells, 2000:23).

O autor acredita que existam três formas de identidades: a) legitimadora; b) de resistência; e c) de projeto. A identidade legitimadora tem como base as instituições sociais (igrejas, sindicatos, partidos e outros), e tem nos indivíduos a expansão e racionalização de tais valores. A identidade de resistência é aquela “criada por atores que se encontram

em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação”. Enquanto que a identidade de projeto se define “quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade”. (Castells, 2000:24)

Embora Castells se refira a esses três tipos de identidades como sendo aquelas que definem grupos, ou seja, a construção de uma identidade coletiva mais do que individual, podemos transportar essas categorias para a nossa pesquisa, pois os imigrantes que deixam para trás uma vida construída em seu país de origem para se lançar em uma cultura regida por valores tão diferentes da sua precisam se pautar pela identidade do grupo ao qual desejam se inserir, sempre em um movimento de transição entre essas três categorias.

Consideramos também que a identidade não é algo com o que nascemos e morremos sem que sofra qualquer mudança. Ao contrário, a identidade pessoal é um processo que se desenvolve ao longo de toda a vida. Essa identidade é formada ao longo da vida, e obedece a escolhas de que papéis esperamos representar nas nossas relações, bem como o que esperam de nós. Nossa identidade, porém, é muito “situacional”, mudando constantemente e se ajustando de acordo com os papéis que representamos em cada interação, em um jogo constante entre continuidade e transformação.

A seguir, iremos elencar em forma de subtópicos, breves considerações sobre as concepções de identidade que norteiam a pesquisa, pois é a partir delas que nosso entrevistado constrói sua estória de vida. Assim como há uma diversidade de papéis e identidades reivindicadas pelo indivíduo ao longo da vida, nosso entrevistado também o faz, perpassando por diversas concepções de identidade, que esperamos abarcar nos tópicos seguintes.

Assumimos, nesta pesquisa, as abordagens interacional e construtivista, que concebem identidade como um construto social, dinâmica e colaborativamente construída e reconstruída no curso de interações sociais (Schiffrin, 1993, 1996; Johnstone, 2001; Linde, 1993; Bastos, 1999) e não como categorias fixas e estáveis.

2.1.1- Identidade como representação/apresentação do eu

De acordo com Gumperz (1982b):

....nós habitualmente tomamos gênero, etnicidade e classe como parâmetros e limites em que criamos nossas identidades sociais. O estudo da linguagem como discurso interacional demonstra que esses parâmetros não são constantes, mas são comunicativamente produzidos. Portanto, para entender questões de identidade e como são afetadas por divisões sociais, políticas e étnicas, nós necessitamos avançar na percepção dos processos comunicativos em que emergem. (Pereira, 2002:9)

Essa criação e manutenção conjunta de uma imagem nos remete ao conceito de 'representação do eu' de Goffman (1975). Goffman afirma que tudo é uma representação, inclusive aquilo que a gente pensa ser realmente. Para ele, somos atores fabricando impressões e também personagens representando vários papéis, de acordo com o contexto em que nos inserimos.

Relacionando representação com a noção de face de Goffman (1980), entendemos que face é aquilo que o indivíduo projeta ser em uma dada interação face a face, e deriva da necessidade de ser apreciado, aceito e reconhecido pelo outro. O processo de elaboração da face está ligado a tudo o que o indivíduo faz para tornar seu comportamento consistente com a imagem que projeta de si mesmo. Toda interação é feita para que o sujeito não perca a imagem que projetou.

O indivíduo quer ser o que o grupo social no qual está inserido quer que ele seja. Para tal, o sujeito cria um personagem que vai reproduzir esses anseios. Na criação desse personagem, porém, há que ser detalhista, pois é através dele que vai ser construída a identidade do sujeito. Esses valores e percepções com os quais essa identidade vai sendo construída refletem-se principalmente no discurso desse indivíduo, tanto que Goffman associa a conversa a um constante trabalho de face, afirmando que não há comunicação no mundo que não conte estórias, já que a maior parte do nosso tempo interacional é gasto em narrativas.

O imigrante, assim, ao deixar a segurança das relações do seu país de origem e adentrar numa sociedade tão diferente, precisa situar-se

identitariamente, adaptando-se a seu novo espaço, criando uma identidade que seja valorizada por aqueles que estão a sua volta. É através do estudo de suas histórias de vida que poderemos ser capazes de identificar que estratégias são essas.

2.1.2- Identidades construídas na relação com o outro

Iremos perceber ao longo da análise que, ao entrar em contato com uma sociedade diferente da sua, o indivíduo tende a se definir a partir da relação com o outro. Assim, a identidade será concebida como aquilo que me define, ou seja, é o que eu sou em relação ao outro e o que são os outros em relação a mim. Assim, quando da questão da construção de identidade, é preciso levar em conta não apenas a nossa pessoa, mas os indivíduos com os quais interagimos e as situações e/ou contextos que estão subjacentes a essas interações. Essa relação distintiva também se estabelece no ato de contar algo a meu respeito, provocando uma resposta por parte do meu interlocutor.

Quando conto algo a meu respeito, estou sinalizando a forma como percebo a mim, o mundo a minha volta e as pessoas que dele fazem parte. A identidade é aquilo que me define, podendo se dar de forma contrastiva, ou seja, o que eu sou em relação ao outro e o que são os outros em relação a mim.

2.1.3- Identidade étnica

Dessarte é possível afirmar que a identidade remete a uma norma de vinculação a um grupo, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas, ou seja, o indivíduo é definido pelo que ele não é. Vivenciamos esse sentimento de localização, quando o indivíduo deixa de ser ele mesmo para reivindicar características que o incorporem a um determinado grupo. É a necessidade de pertencimento.

Ainda com relação aos grupos de pertencimento que cada indivíduo recorre ao reivindicar a identidade pela qual ele quer ser reconhecido, Oliveira (1996) afirma que a identidade de um grupo étnico deve ser pensada, sobretudo, em termos contrastivos. Isto quer dizer que quando uma pessoa ou um grupo se afirma como tal, o faz como meio de

diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defronta. Assim, como é uma afirmação do *nós* diante dos *outros*, a identidade surge, então, por oposição. Ela não se afirma isoladamente. Ao contrário, ela se afirma negando a outra identidade “etnocentricamente” por ela visualizada. O autor desenvolve esta idéia a partir do seguinte conceito:

O ‘etnocentrismo’ aqui se caracterizaria pela universal incapacidade da ideologia étnica de relativizar-se; dito de outra maneira é a virtual incapacidade da identidade étnica produzir uma visão ou um ‘retrato’ da outra (identidade) que lhe é complementar, sem se valer de critérios absolutos, compatíveis com suas representações e abrigados em sua ideologia étnica (Oliveira, 1996:47).

A identidade aqui é entendida não como entidade autônoma, estática e duradoura, mas como processo de construção, atividade humana, mediada pelo uso da linguagem e ligada à socialização do indivíduo por meio da interação simbólica com seu meio. Desta forma, durante a existência do indivíduo, a identidade pode ser adquirida e perdida, passando por períodos de autenticidade e falsidade.

E é através da língua que se torna possível construir uma identidade que remete a um grupo de pertencimento e reconhecimento. Assim, pautados em um viés teórico subjetivista, procuramos entender a busca pela identidade social através da linguagem como um sentimento de vinculação ou uma identificação a uma coletividade imaginária em maior ou menor grau, em oposição ao enfoque objetivista que encara o fenômeno da busca da identidade como estático, posto que o indivíduo nasce em um grupo e dele não pode se desvincular.

2.1.4- Os imigrantes e suas construções identitárias

Segundo Schütz (1979 *apud* Santos), as experiências que o imigrante traz do seu país pouco lhe servem quando inserido nesta nova realidade cultural estranha à sua. Assim, eles têm de construir sua identidade diferente daquela que possuía no seu país de origem, e diferente também daquela compartilhada pela sociedade hospedeira, já

que ela não lhe pertence. É criado, então, um “terceiro lugar” (Bhabha 2003 apud Santos), ou um “entre-lugar”.

O imigrante tende a construir uma identidade para cada grupo de pertencimento pelo qual ele transita na sociedade hospedeira. Daí a afirmação de que, estando em uma cultura diferente da sua, ele constrói múltiplas identidades, remetendo à idéia de Goffman de que somos atores reproduzindo impressões e conceitos distintos conforme a interação pela qual estamos sendo conduzidos, sendo elas processadas de acordo com os lugares em que este ator circula ou habita.

Santos dá-nos uma boa definição do que vem a ser imigrante em sua dimensão negativa, e esclarece-nos o porquê dos nossos entrevistados quererem desatrelar o imigrante “comum” de sua trajetória, valorizando sua migração por motivos que não sejam o de trabalhar para conseguir mudar de vida, mas realizar tal objetivo através do mérito intelectual.

Comumente a palavra imigrante designa grupo ou indivíduo que se desloca de um lugar para outro. Na linguagem mais usual migrante significa mão-de-obra barata e prestador de serviços de baixa qualificação. (Santos, 2005, p.61)

Assim, o processo de migração torna-se um problema tanto para o país de origem, que não dá oportunidades para o seu povo, que precisa buscá-la em outro país; e principalmente para a sociedade que recebe esses imigrantes, que passa a ter de dividir suas conquistas políticas e sociais com pessoas que não contribuem para o desenvolvimento daquele país, mas que usufruem os benefícios, e não deixam nada ali: qualquer renda ou benefício conquistado tem como destino o país de origem, configurando uma questão exploratória da qual eles querem se afastar.

Ao saírem de seus países, levados pelas mais diversas razões e sob diferentes condições contextuais relativos à família, instrução, perspectivas idealizadas do lugar de destino, etc., os imigrantes não deixam para trás uma estória de vida: carregam-na em sua bagagem, tentando ajustar-se a seu novo espaço.

É, portanto, muito importante entender os mecanismos que o imigrante cria para se adequar a esse novo cenário em que ele se encontra, muitas vezes hostil e de grandes diferenças culturais a serem superadas. Camilleri (1997) acredita que uma série de operações se fazem necessárias por parte dos imigrantes no sentido de manter ou adaptar um *self* em que ele aceite situar-se e que seja por ele valorizado.

Os mecanismos de adaptação são construídos de acordo com a maneira pela qual o imigrante percebe sua realidade, tanto do que ele deixou no seu país de origem quanto sobre o que ele efetivamente tem no país hospedeiro, bem como suas perspectivas futuras, tanto no país estrangeiro quanto em seu retorno. Não se pode deixar de analisar, também, que todos esses valores não dependem apenas do indivíduo, mas das pessoas do seu grupo social, bem como de como da forma pela qual a sociedade que o estigmatiza.

Na tentativa de conjugar todas essas operações, as produzidas pela sociedade, pelos seus “pares” e por si mesmo, o indivíduo cria recursos para que ele possa se integrar a essa nova realidade, onde ele perdeu as relações seguras da “casa” e tem de enfrentar a insegurança da “rua”, tendo de lidar constantemente com as dicotomias casa *versus* rua, cordialidade *versus* polidez, familiar *versus* público², principalmente numa sociedade como a americana, em que os valores de competição e individualidade são tão destoantes da sociedade brasileira.

Desse cenário, surge o questionamento principal deste estudo: como, em um novo contexto, em que são estigmatizados, reagem os indivíduos que, habitualmente, têm uma imagem positiva a respeito de si próprios?

² Dicotomias levantadas por DAMATTA ao fazer um estudo sobre as peculiaridades do povo brasileiro. IN: DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* 6^a. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

2.2- Narrativas e estórias de vida

Mais do que ser, é preciso parecer. Grande parte do nosso tempo interacional é gasto em narrativas por ser através delas que mostramos para o outro quem somos e a forma como percebemos o mundo ao nosso redor. É contando estórias que nos inserimos no mundo e reivindicamos o pertencimento aos grupos, principalmente porque ao narrarmos temos a preocupação de dar sentido e lógica a algo que nem sempre é visível aos olhos da audiência.

Veremos durante a análise da entrevista que o imigrante se constrói muito através das suas narrativas de estória de vida, pois é o espaço que ele tem para mostrar que tipo de pessoa ele é, porque resolveu tomar a decisão de migrar e como avalia essa experiência. A fim de elencar os conceitos que balisarão esta pesquisa, buscamos resgatar as teorias que trazem contribuições para o estudo das narrativas de estórias de vida, como veremos a seguir.

2.2.1- A narrativa laboviana

Os estudos sobre narrativa têm em Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972^a, 1972^b) seu ponto de referência, por ter sido ele o pioneiro no estudo de narrativas de experiências passadas, a partir da análise de estórias contadas por adolescentes negros no Harlem.

Labov (1972^a, 1972^b), ao lançar os fundamentos para o estudo sócio-discursivo da narrativa, identificou a estrutura básica e os componentes internos à narrativa, bem como os recursos lingüísticos e paralingüísticos utilizados quando se conta uma estória e suas variações em função de fatores sócio-culturais (Bastos: 1999, p.17-19; Bastos, 2005), identificando sua estrutura básica e seus componentes internos de forma a que se possa reconhecer sua estrutura em cinco partes:

- a) **Resumo (ou *abstract*)**: Serve, como diz o próprio nome, para resumir a narrativa, e que pode ou não estar presente, já que é um elemento opcional. O resumo também pode servir como um sinalizador de que o falante vai tomar o turno durante um

certo tempo, já que ele vai narrar uma estória, além de ser uma forma de negociar o interesse do ouvinte, antecipando que tipo de estória vai ser contada.

- b) **Orientação (ou *orientations clauses*):** São orações que estabelecem o teor da narrativa, ou seja, indicam o tempo, o local e as circunstâncias dos fatos que serão contados. Elas podem estar no começo ou intercaladas.
- c) **Ação complicadora (ou *narrative clauses*):** São frases no passado que indicam a ordem em que os eventos acontecem. A ação complicadora é essencial e obrigatória, já que sem ela não existe uma narrativa, e sim, um relato. Para tal, são necessários ao menos dois enunciados no passado ligados por junção temporal.
- d) **Coda:** Sinaliza o final da narrativa, podendo ter marcadores lingüísticos convencionais, como “por fim...”, “e foi isso...”, que anunciam o final da estória; ou pode trazer os efeitos dos fatos relatados. A coda pode, ainda, trazer a narrativa para um momento próximo ao presente. Porém, ela é opcional.
- e) **Avaliação:** Permeia toda a narrativa e representa as idéias que o falante usa para conduzir certos pontos da estória ou para mostrar porque vale a pena contá-la. Através da avaliação, o falante tenta conduzir o ouvinte para um dado significado dos fatos relatados ou para sinalizar que tipo de resposta deseja ter.

O primeiro critério para que uma narrativa seja aceita como estória de vida é que ela tenha reportabilidade. Tal noção é parte formadora da avaliação. Um evento cotidiano, por exemplo, não é algo reportável; para ser reportável, ele deve ser incomum ou violar normas ou expectativas (Labov, 1972b). O tempo também é um fator que determina a

reportabilidade da estória, pois mesmo um evento incomum tem um “tempo de vida”.

Assim, podemos dizer que a narratabilidade de um fato não é algo fixo, e vai depender, principalmente, do contexto em que a estória de vida estiver inserida, pois ele é quem vai dar o grau de reportabilidade, o aspecto incomum e a avaliação positiva do fato. É o narrador quem tem a grande responsabilidade (e também sensibilidade) de fazer uma “triagem” e perceber que fatos merecem ser contados. Uma característica do bom contador de estórias, segundo Linde, é a capacidade de construir um sentido moral para eventos que pareçam moralmente neutros aos outros.

Eventos reportáveis são fatos culturais, embora a maioria deles seja universal, já que são marcos nas estórias de vida pessoais, como casamentos, nascimento dos filhos, como chegou à profissão, etc. Podemos dizer que há uma diferença entre o que é reportável e o que é apenas memorável.

Para Bruner (1990), uma das características da narrativa é a excepcionalidade ou o extraordinário. O que motiva uma pessoa a contar uma estória é o extraordinário, algo fora do comum. Assim, as pessoas recontam as estórias enquadrando-as no que é canônico. Se tudo estiver “certinho”, não há o que problematizar e, conseqüentemente, contar para alguém. Para o autor, estórias são contadas para tornar o extraordinário ordinário. Assim, a narrativa organiza experiências e, ao contá-las e recontá-las, construindo e reconstruindo nossos espaços e percepções de mundo, nos tornamos as estórias que contamos.

2.2.2- As estórias de vida: narrativa, crônica e explicação

Concebida como uma unidade lingüística, a estória de vida é um tanto fora do comum: é temporalmente descontínua e incompleta. Assim como é descontínua, a estória de vida é também uma unidade aberta, ou seja, está sempre se renovando ao ser contada diversas vezes, sendo agregado a ela novos valores e percepções.

As estórias, para serem reportáveis, devem se referir a algum marco da vida pessoal que tenha vultuosa importância tanto para o falante quanto para o ouvinte, os chamados *landmark events*. Assim, as estórias

de vida são construídas pensando em fatos tais como que eventos fizeram com que eu chegasse onde estou hoje, ou o que as pessoas precisam saber sobre mim. Linde assim define o que vem a ser estória de vida:

Uma estória de vida consiste de todas as estórias e unidades associadas de discurso, tais como explicações e crônicas, e as conexões entre eles, contadas por um indivíduo durante o curso da sua vida e que satisfaça aos seguintes critérios: i) as estórias e unidades associadas de discurso têm como primeira avaliação um ponto sobre o falante, não um ponto geral sobre a forma como o mundo é; ii) as estórias e unidades associadas de discurso têm reportabilidade ampliada, ou seja, são contáveis e contadas e recontadas durante o curso de um longo período de tempo. (LINDE, 1993:21).

A fim de cobrir os espaços não abarcados nas narrativas de estórias de vida, Linde (1993) propõe duas outras categorias complementares pouco exploradas até então: a crônica e as explicações. Esta “se inicia com uma declaração de alguma proposição a ser provada, tendo em seguida uma sucessão de declarações dos motivos pelos quais a proposição deva ser creditada” (Linde, 1993:90); aquela “consiste de uma recontagem de seqüência de eventos que não têm um ponto único de avaliação” (Linde, 1993:85). Linde acredita que quando o indivíduo se reporta a eventos passados, ele não precisa ter necessariamente um ponto específico, ou seja, são listagens de eventos passados com avaliações e pontos espalhados pela narrativa. Para Labov, tal estrutura não se configuraria como uma narrativa, mas como um relato.

A crônica pertence mais ao universo da narrativa de estória de vida porque seu ponto é mostrar como um evento está relacionado a outros eventos relacionados ao longo da estória de vida do indivíduo, e não preocupada somente em relatar uma representação factual puramente cronológica (a isso, Linde chama de História).

2.2.3- Avaliação

Estórias de vida não são desconectadas, mas unidas e concatenadas pelo falante. Nada é solto, sempre há uma conexão entre os fatos. Dessa forma, afirmamos que as estórias de vida são constantemente revisadas para que não caiam em contradição, expressar nova avaliação, que tenham nexos, para a perda de velhas estórias e também para que se possa encaixar novas estórias no repertório de estórias de vida.

O processo de narração tem como objetivo que o outro concorde com a avaliação, já que a concordância é parte importante no processo interacional de narração, configurando-se como resultado do processo de negociação entre os participantes, mais do que sendo uma façanha exclusiva do falante.

Quando há um desacordo, a narrativa tem de ser negociada. Uma alternativa é que, quando a audiência discorda da avaliação do falante, ele tende a mudar sua avaliação para que, assim, haja o acordo; ou pode, ainda, reconstituir a própria audiência, desde que um dos participantes-ouvinte esteja de acordo com a avaliação do narrador. Será feita, desse modo, uma negociação entre os ouvintes para tentar aceitar a avaliação inicial do narrador. O que não pode é o narrador simplesmente ignorar a avaliação do outro e seguir sua narrativa rigidamente. Na interação social, é preciso lidar com a discordância da avaliação na narrativa e tentar lidar com esse fato, tentando sempre uma negociação.

Linde acredita que a avaliação é a parte mais importante da narrativa, constituindo-se um elemento de difícil identificação lingüística, já que se vale de várias formas de representação. Vários traços verbais podem indicar a avaliação, como elogios ou críticas; palavras que tenham carga semântica que expressem a força da ação; a repetição de palavras; o uso do discurso direto ou indireto e outros. Porém, elementos não-verbais também expressam avaliação, como o ritmo e o tom da voz e, ainda, elementos não-lingüísticos, como gestos e expressão facial.

A avaliação desempenha principalmente dois papéis na narrativa: para estabelecer a reportabilidade e para demonstrar que os eventos e o caráter da narrativa estão de acordo com normas compartilhadas ou negociadas pelo falante e pelo ouvinte. A avaliação moral positiva é,

talvez, a mais usada pelos falantes ao narrar suas estórias de vida, pois o indivíduo tende a reivindicar para si uma identidade de pessoa que age conforme as regras (ou as transgride, dependendo da norma moral do grupo ou da justificativa do ato), habilidosa, competente, etc. Tudo isso, conforme já mencionado, vai ser negociado com o ouvinte.

2.2.4- Estória de vida e o ouvinte

Estórias de vida não são apenas contadas, elas são compartilhadas (trocadas), e tal fato faz com que ela seja parte do processo social no qual estamos inseridos. Por ser parte de uma demanda social, o indivíduo não está livre para construir sua estória de vida da forma que quiser, pois o receptor sempre vai fazer inferências sobre a estória que está sendo contada.

Linde (1993) traz o conceito de reportabilidade das estórias (altamente ligado ao contexto e adaptável a ele), afirmando que estórias de vida também passam pelo crivo da reportabilidade, dando como exemplo sua própria estória de vida. A autora acredita que o fato de uma lingüista trabalhar na NASA é um fato altamente reportável por ser diferente (incomum), porém, ela possui duas estórias distintas para contar como chegou a tal posição. Apesar de serem duas versões diferentes para o mesmo fato, Linde afirma que ambas são corretas, mas que são escolhidas para serem contadas de acordo com o contexto em que estão inseridas.

Mudamos nossas estórias de vida a cada novo ouvinte; de acordo com a relação que temos com ele; refazemos as estórias assim que novos eventos ocorrem, para que eles se encaixem no “roteiro”; re-avaliamos as estórias cada vez que mudamos nosso ponto-de-vista ou ideologia ou nossa forma de ver o mundo e, conseqüentemente, nossa estória. Fazemos re-interpretações das estórias de vida para adequá-las à nossa atual circunstância e criamos explicações para harmonizar discrepâncias e inconsistências nas nossas estórias.

É de responsabilidade do falante construir a narrativa de modo a fazer com que o ouvinte entenda sua avaliação. Já do receptor, é esperado que ele dê uma resposta que indique que ele entendeu a

avaliação do falante e que concorda ou discorda dela, tendo de fundamentar sua opinião quando da discordância. Por isso é tão importante que o falante construa uma narrativa com uma avaliação aceitável. A avaliação também pode ser negociada durante a interação.

2.2.5- Estórias e self

Linde (1993) acredita que estórias de vida são construídas para expressar nosso sentido de *self*, ou seja, quem somos e como chegamos a essa forma. Porém, como seres sociais, não basta apenas ser alguém, mas fazer parte de um grupo, com o qual passamos a negociar o senso de *self* construído individualmente para passar a ter uma identidade grupal. Essa construção do *self* vai se pautar em fatores tais como o que é esperado de mim, normas sociais e padrões culturais.

Para a autora, o primeiro passo para estudar estória de vida é assumir que ela é algo que a maioria das pessoas têm, algo que elas criam, e algo que, para bem-estar pessoal e social, tem de ser criada de maneira coerente. Assim, pressupõem-se que estórias de vida são uma unidade social, oral e descontínua, contada em “pedaços” ao longo da vida, e que não consistem apenas na junção de fatos ou incidentes colecionados ao longo da estória do indivíduo.

Linde acredita, assim, que a narrativa em si já é uma construção do *self*, e que a avaliação representa o tipo de identidade que é reivindicada pelo indivíduo. Como, no entanto, marcar a presença do sujeito na linguagem e na construção de suas identidades com foco em narrativas e entrevista de pesquisa entre os participantes em contexto de entrevista? Linde (1993) acredita que os sistemas de coerência vão apontar para aquilo que o falante entende como pertinente para a construção de sua identidade, sendo construída com o objetivo de dar um sentido à narrativa que seja compartilhado tanto social quanto culturalmente com os participantes da interação. É a partir das narrativas de estórias de vida que a autora acredita ser possível identificar os valores que cada indivíduo elege para si como aqueles que nortearão o(s) tipo(s) de identidade(s) que ele vai reivindicar, pois as estórias de vida expressam

nossa noção de *self*, clamam por pertença a um grupo e demonstram que seguimos os padrões morais de um grupo.

Segundo Linde, “as estórias de vida se apresentam como unidades estruturais e interpretativamente abertas, em que reconfiguramos os eventos à medida que eventos preenchem espaços e que atribuímos novas dimensões a novos eventos que se interpõem” (Linde: 1993, p.18).

Ainda segundo Linde, narrar não é apenas expor minuciosamente fatos memoráveis, mas um ato reflexivo que se estabelece sobre uma linha temporal, permitindo que, depois de passado o evento, possamos olhar para ele e “editá-lo”, corrigindo a imagem que queremos que o outro tenha sobre o protagonista da ação, corrigindo ou ajustando o *self* que está sendo criado naquela interação. Assim, corroborando com Lima e Bastos (2003), acreditamos que “o narrador do fato passa, então, a protagonista, posicionando-se de forma a analisar os eventos reflexivamente” (Lima e Bastos: 2003, p.19).

De acordo com esse pressuposto, Dubar (1998) acredita que o indivíduo pode desenvolver ao longo da vida mais de uma identidade, ou que ele chama de “identidades múltiplas”. Para ele, é a partir da criatividade do ser humano e sua capacidade de se ajustar às diferentes situações de variadas formas, criando novos papéis e mecanismos de adequação nas interações sociais, que um indivíduo se diferencia do outro, por isso ele pode ser chamado de um ser único.

Segundo Pereira (2004), os estudos narrativos tendo por foco a identidade como uma construção social têm diferentes raízes, como em De Fina (2003), que aponta dois paradigmas dominantes: tradição da autobiografia, que tem suas bases nas teorias psicológicas de identidade; e a tradição da análise da conversa de base etnometodológica. Ainda segundo Pereira, Bruner (1990) é um dos representantes dessa linha de abordagem:

Na primeira tradição, o relacionamento entre a narrativa e a expressão da identidade tem sido concebida como o relacionamento entre o self e o ato de narrar, posicionando o ato de narrar como um ato de constituição de identidade; na segunda tradição, os estudos desenvolvidos vêem como a identidade emerge em circunstâncias interacionais, como um processo negociado entre os participantes. Dentro desse paradigma, a identidade é definida a partir da orientação de interação. Um construto básico, nesse tipo de abordagem, são os processos de categorização, em que as pessoas não são vistas como tendo uma identidade, mas como sendo uma dada categoria (Sacks, 1992:40-41 apud Pereira, 2004: 11)

Ao contarmos estórias, criamos identidades ajustáveis aos valores e julgamentos nossos e da sociedade em que estamos inseridos. Uma das formas de entender os mecanismos utilizados pelo indivíduo para a criação de determinada identidade é o sistema de coerência que permeia o discurso de reivindicação de identidade, que vai além de uma necessidade lingüística e textual; ela deve ser considerada como um ato cooperativo entre falante e ouvinte.

Nos dias de hoje, os estudos que se propõem a discutir a questão da construção de identidade têm dado atenção especial àquelas construídas nas interações sociais, já que, fazendo parte de grupos que vão desde a família até os círculos de amizades, que configuram as mais diversas esferas de pertencimento, somos capazes de nos inserir em dado grupo e representar um papel para tal.

Segundo Ruano-Borbalan, “a identidade social se constrói dentro de um quadro de experiências totalmente singulares” (Ruano-Borbalan: 1998, p.1).